

**FORMAÇÃO E ATUAÇÃO DE RECREADORES: O CASO DA EQUIPE DE
RECREAÇÃO E LAZER DA CIDADE DE MARINGÁ-PR NOS ANOS DE 2001
A 2004**

Recebido em: 25/06/2013

Aceito em: 12/01/2014

Andressa Peloi Bernabé¹

Paula Marçal Natali²

Universidade Estadual de Maringá (UEM)

Maringá – PR – Brasil

RESUMO: Neste estudo, analisamos a formação e atuação dos recreadores da equipe de lazer e recreação da cidade de Maringá- PR, entre os anos 2001 a 2004. A pesquisa constitui-se como qualitativa (MINAYO, 2007), com análise de entrevistas semiestruturadas, realizadas com seis sujeitos, cinco que atuaram como estagiários na equipe, e um, na coordenação, utilizando a técnica de Análise de Conteúdo (BARDIN, 1979). Analisando a formação da equipe, apontamos a necessidade e a importância de um processo de formação integral que fundamente a atuação profissional em lazer e recreação, pelos princípios da formação política e social ampliada; das vivências práticas e sociais diversificadas; da troca e compartilhamento das experiências e práticas profissionais; do reconhecimento e participação dos processos da gestão; além do princípio de democratização e dos fundamentos técnicos, pedagógicos, políticos, culturais e sociais.

PALAVRAS CHAVE: Educação Física e treinamento. Recreação. Atividades de Lazer.

**TRAINING AND PERFORMANCE OF RECREATORS: THE CASE OF
RECREATION AND LEISURE TEAM CITY MARINGÁ-PR IN YEARS 2001
TO 2004**

ABSTRACT: In this study, we analyzed the formation and performance of the leisure and recreation entertainers' team, in Maringá city, between the years 2001 - 2004. The research is a qualitative one (MINAYO, 2007), with an analysis of semi-structured interviews of six individuals, five worked as trainees, in the team, and one, in the team coordination, by using the content analysis technique (BARDIN, 1979). Analyzing the training of staff, we pointed out the necessity and the importance of a comprehensive training process that justify the professional activities in leisure and recreation, by the principles of: political and social expanded education, practices and diversified social

¹ Mestranda junto ao Programa de Pós-Graduação Associado em Educação Física UEM/UEL. Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisa em Políticas Públicas de Esporte e Lazer (GEPPOL) do Departamento de Educação Física da Universidade Estadual de Maringá.

² Mestre em Educação pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Doutoranda junto ao Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá. Docente da Universidade Estadual de Maringá.

experiences, exchanging and sharing the experiences and professional practices, recognition and participation of management processes; beyond the principle of democratization and technical foundations, educational, political, cultural and social.

KEYWORDS: Physical Education and Training. Recreation. Leisure Activities.

Introdução

Este artigo propõe uma discussão sobre formação e atuação de recreadores, tendo em vista a equipe de recreação e lazer da cidade de Maringá, no Paraná, atuante entre os anos de 2001 a 2004.

O presente estudo faz parte do trabalho de conclusão do curso de Educação Física/Licenciatura, intitulado "Equipe municipal de lazer e recreação de Maringá: olhar dos sujeitos envolvidos" (BERNABE, 2012). Foi motivado pelo interesse em temas pertinentes ao lazer e ao profissional da área do lazer, no convívio com dificuldades e limitações, no que tange tanto a formação quanto a atuação em recreação.

Por meio da abordagem qualitativa, o estudo em questão constituiu-se em três etapas. A primeira, pode ser classificada como exploratória por ser constituída a partir do reconhecimento, delineamento e desenvolvimento, teórico e metodológico do tema lazer e recreação, bem como do reconhecimento dos sujeitos envolvidos. A segunda etapa, consistiu-se na refutação e afirmação de hipóteses, construindo, dessa forma, a teoria. Para tanto, foi utilizada entrevista semiestruturada como técnica de coleta de informações dos sujeitos envolvidos - estagiários e professores de Educação Física que, no período de criação da equipe, eram estagiários e coordenadora da mesma.

Para análise dos dados, de modo a articulá-los com a teoria que embasou a pesquisa, foi escolhida a Análise de Conteúdo (BARDIN, 1979). Tal escolha se justifica por ser, esse tipo de análise, um procedimento utilizado em pesquisas sociais, bem como, por ir além do aparente no que está sendo comunicado. Por tais características, a categorização, ato de escolha e classificação dos elementos que constitui o conjunto da

temática, foi o procedimento metodológico utilizado. A partir dos dados obtidos - fala dos sujeitos por meio de transcrição das entrevistas semiestruturadas - , as categorias foram construídas, sendo elas: formação profissional na área do lazer/recreação e atuação profissional na área. Para a identificação e classificação desses temas fez-se necessário verificar os pontos em comum e os divergentes, permitindo assim, seu agrupamento, resultando nas categorias. Após a categorização, na etapa seguinte buscou-se a relação entre a categoria formação profissional e a categoria ações desenvolvidas pela equipe de lazer e recreação, o que culminou nas considerações sobre o estudo realizado.

A partir dessas proposições, o presente estudo teve como pergunta de partida: Como se constituiu a formação e atuação dos recreadores da equipe de recreação e lazer da cidade de Maringá, no Paraná? E como desdobramentos: Quais ações foram implementadas no âmbito da recreação, no que se refere à equipe de recreação e lazer da cidade de Maringá? Qual foi o enfoque da formação profissional dos professores e estagiários desta equipe? Houve relação entre a formação dos professores e estagiários desta equipe com as ações educativas desenvolvidas por estes?

Partindo de tais questionamentos, apresentamos, a seguir, as reflexões feitas a partir da análise da atuação e formação da equipe de recreação e lazer, da cidade de Maringá, atuante entre os anos 2001 a 2004. Para tanto, se faz necessário discorrer a cerca das características que embasam o lazer e a recreação.

As discussões e reflexões sobre lazer e recreação demandam entender como estes se configuraram na sociedade capitalista. Haja vista tal necessidade, Gomes (2008) afirma que a institucionalização do lazer ocorre por meio de valores, significados e diversos fatores que estão ligados à Revolução Industrial, tornando o lazer “um campo da vida com peculiaridades próprias e contornos mais bem definidos, capazes de

distingui-lo e até mesmo de contrapô-lo, por exemplo, ao trabalho produtivo” (GOMES, 2008, p.14). Ao lazer, bem como à recreação, muitas vezes, atribuem-se sentidos de entretenimento, consumo e produtividade. Esse entendimento possui raízes na historicidade dos termos, desde a instituição do lazer como direito social e o surgimento das práticas de recreação ofertadas pelo governo para entreter, descansar e recuperar os trabalhadores; até o desenvolvimento destas práticas no decorrer dos séculos, seguindo a lógica do sistema vigente de produção e consumo.

Com o advento da democracia no país e a mobilização da sociedade civil e do poder público, reflexões passam a ser tecidas em relação as possibilidades de oferta do lazer e recreação à população, bem como a sua configuração como direito constitucional. Em virtude do lazer ser previsto como direito social, pela primeira vez no Brasil, com a Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, políticas de implementação do lazer e recreação começaram a surgir no país, por meio de políticas públicas. O governo passou, então, a se preocupar com as horas vagas dos trabalhadores. Desta forma, a recreação fora ofertada como um meio para organizar o tempo do lazer da massa operária, diminuindo os perigos que supostamente eram causados pela ociosidade, como o vandalismo, a banalidade e, principalmente, o risco de reivindicações.

A oferta da recreação representava, naquele momento, uma relação direta com a satisfação e o descanso dos trabalhadores, culminando no aumento da produção - trabalhador descansado trabalhava mais e reclamava menos. Isso justificou maiores investimentos no lazer e recreação dos trabalhadores, uma vez que o Estado bem como o empresariado, de forma geral, visualizaram benefícios com a oferta da recreação, refletindo em investimentos nesse setor, para toda sociedade.

Como afirma Melo (2003), na década de 1930, há uma organização mais efetiva de escolas de formação profissional na Educação Física, momento em que a formação profissional na área é influenciada pelos programas existentes na época, como os Centros de Recreios. A preocupação era formar profissionais para atuarem nestes centros, partindo do entendimento funcionalista do lazer e recreação como forma de descanso e revigoramento do trabalho. Os currículos possuíam uma dimensão instrumental e utilitarista. Com o passar do tempo, novas disciplinas foram pensadas e instituídas nas IES³. Disciplinas estas, que buscavam um caráter crítico, questionando a visão limitada do lazer e da recreação como meros reprodutores de atividades e brincadeiras.

Porém, como afirma Werneck (1998), ainda existiam cursos e oficinas oferecidos por diversas instituições no país com a preocupação de formar pessoas capacitadas na área do lazer e da recreação para o mercado de trabalho, abrangendo apenas aspectos técnicos, o que contribuiu com o consumo “a-crítico” de atividades recreativas, favorecendo a reprodução de atividades e brincadeiras oferecidas em clubes, hotéis, parques, entre outros. Na época, Werneck (1998) afirmou que a procura por esses cursos poderiam acabar sendo maior do que a procura por cursos de graduação e pós-graduação, em função da formação profissional proposta por cursos de graduação e pós-graduação serem pautados na fundamentação teórico-prática, com proposições mais críticas, que não segue os ditames tradicionais.

Partindo dessas inquietações, pautadas na preocupação com a formação e atuação em lazer e recreação, o presente estudo buscou analisar a constituição da equipe de lazer da cidade de Maringá, no Paraná, entre os anos 2001 a 2004, no que se refere à formação e atuação profissional. Não havendo indícios de estudos sobre esta temática,

³ Instituições de Ensino Superior.

no período da atuação da equipe, na cidade de Maringá, optamos pelo estudo do objeto em questão, de modo a entendermos sua constituição, bem como seu desenvolvimento. Desta forma, visamos fomentar a discussão na área da recreação e do lazer, e contribuir com a formação de recreadores, apontando os resquícios da defasagem no âmbito do lazer e da recreação.

Reflexões acerca da formação profissional em lazer e recreação

Por entender que o lazer e a recreação se configuram como um amplo campo de atuação, consideramos que esta atuação seja subsidiada por uma formação profissional pautada em elementos e princípios fundamentais para a consolidação de uma ação efetiva.

De acordo com Marcellino (2003), com a expansão do mercado de trabalho na área, a formação de profissionais para atuação no lazer passou a ganhar destaque no país, como afirma Gomes (2008, p.09): “ [...] desde as últimas décadas do século 20 a temática do lazer vem ocupando um espaço cada vez maior no cenário social, seja no Brasil ou em outros países do mundo”. Contudo, este fato não representa somente ganhos para a área, pois com a expansão do mercado, aumentam-se cursos e programas que visam formar técnicos e especialistas de visão fragmentada, limitando a abrangência cultural e social do lazer. Ainda, ocorre o que podemos chamar de mercadorização do conhecimento, já que, na maioria das vezes, cursos voltados para a área da recreação têm custos altos, vinculando-se o *merchandising* de hotéis, e espaços de lazer pagos aos cursos que prometem apenas um amplo repertório de atividades dentre um contexto divertido e prazeroso.

O lazer possui, como característica, uma abrangente área, possibilitando a atuação de diversos profissionais como do Turismo, Hotelaria, Pedagogos, professores

de Educação Física, entre outros. Por fazer parte deste vasto campo de atuação, a Educação Física tem muito a oferecer, como afirma Isayama (2003), quando cita as possibilidades de intervenção desses profissionais no que se refere à dança, à ginástica, aos jogos, entre outros conteúdos culturais que propiciam a vivência significativa aos sujeitos envolvidos. Por este motivo, o autor aponta para a "necessidade de aprofundamento de estudos sobre o lazer no contexto da educação física" (ISAYAMA, 2003, p. 62).

Dentre estas diferentes possibilidades de atuação, o animador sociocultural é apontado, no campo teórico, como profissional capacitado para atuar no lazer e recreação, segundo Marcellino (2003), por dominarem um conteúdo cultural, e dividir esse domínio com outras pessoas, por meio da reflexão e valorização de suas próprias ações, reconhecendo-se como educador. Além de desenvolver programas e projetos com bases nessas características, esses profissionais devem assegurar a continuidade das políticas de lazer de forma a não ficar somente a cargo dos mandatos políticos, que se encerram de tempos em tempos. Portanto, falta uma continuidade nas políticas para que não dependam somente da opinião dos governantes em querer ou não desenvolver projetos e programas de lazer. A área do lazer não pode mais ficar no segundo plano, deve ser entendida e desenvolvida com prioridade.

O profissional de Educação Física, atuando como animador sociocultural, pode assumir, de acordo com Isayama (2003), diversas funções, desde o planejamento, execução e avaliação de atividades de lazer, atuando no gerenciamento, supervisão ou coordenação destas, assessorando, elaborando, viabilizando e executando projetos e programas de lazer; até o âmbito da pesquisa e docência.

Essa diversidade de ações requer, desses profissionais, uma formação baseada em habilidades e fundamentos que norteiem, futuramente, sua prática profissional, por

meio de saberes que se amparam nos valores da democratização; no comprometimento com a educação para o lazer; e no domínio de conteúdos considerados necessários para embasar sua atuação. Outro fato primordial, é que a formação habilite para atuação nos mais diversos locais, sejam eles públicos ou privados, com grupos e comunidades diferenciados (ISAYAMA, 2003).

Focalizando na temática deste estudo, quando tratamos de uma política de lazer que proporcione e ofereça práticas de lazer e recreação à população, no âmbito público, a atuação dos profissionais deve ser pautada no princípio de democratização do lazer e da recreação. Stigger (2003) aponta que na perspectiva de desenvolvimento de uma política de esporte e lazer, é fundamental a participação da população, afirmando:

Além da ideia de participação – como a intenção de proporcionar o acesso da população aos bens sociais construídos historicamente pelos seres humanos (no caso, as atividades realizadas no lazer) –, estou aqui também me referindo ao interesse em possibilitar a apropriação do poder de decisão da população sobre esses mesmos bens (STIGGER, 2003, p.116-117).

Portanto, os profissionais que atuam no lazer e na recreação, no âmbito público, devem atuar a favor dessa democratização, favorecendo a participação popular. A análise das falas dos sujeitos pesquisados, atuantes na equipe de recreação e lazer, nos faz constatar que esse princípio de democratização estava presente em alguns projetos e programas desenvolvidos, como no caso do O.P. criança⁴, onde as crianças tinham a oportunidade de participar de um espaço destinado ao estímulo, à participação e à discussão sobre o lazer. expondo suas opiniões, como pode ser verificado no exposto:

Toda reunião no final as crianças vinham apresentar suas reflexões e propostas para a cidade, para o bairro delas, e geralmente era não totalmente

⁴ O O.P (Orçamento Participativo), foi discutido e implementado no município de Maringá, no programa de governo do Partido dos Trabalhadores (PT), durante a candidatura de José Cláudio e João Ivo Caleffi, como uma proposta de participação popular e de constituição da cidadania. Apresentou-se como um projeto político de enfrentamento entre população e legislativo. Enquanto eram realizadas assembleias com os adultos, em 2002, foram realizadas assembleias com as crianças. Em torno de mil crianças participaram deste processo por meio da equipe de recreação e lazer da Secretaria de Esportes e Lazer, com apoio de acadêmicos de educação física. Disponível em: <http://www.graficamassoni.com.br/livros/0427101422.pdf>. Acesso em: 07 maio 2013 às 08:05.

parecida com os adultos, mas muitas vezes era muito próximo do que os adultos iam identificando como necessidades (C1).

Entendemos que a possibilidade de organizar esta discussão, por meio do O.P com as crianças, contribui para a formação dos recreadores, no sentido de que podem exercitar uma ação educativa reflexiva junto às crianças, de modo a desenvolver, desde cedo, este princípio, para que, futuramente, busquem a criticidade e a reflexão.

Além do princípio da democratização, entendemos, baseando-nos em Isayama (2003), que os princípios e fundamentos técnicos, pedagógicos, políticos, culturais e sociais devem permear a formação e atuação dos profissionais do lazer. O processo de formação, a qual nos referimos, caracteriza-se como um processo constante tanto no sentido formal, nos cursos de graduação em educação física, especializações, pós-graduação; quanto no sentido da formação *a posteriori*, que embasa a prática diária do profissional em seu sentido diário, no ato de aprender e ensinar com suas ações. Este ato de aprender e ensinar a partir de suas ações, nos remete à expressão recorrente da obra de Paulo Freire, a ação-reflexão. Kronbauer (2008) discorre sobre esta expressão, afirmando que ela designa a práxis, sendo: “[...] o fazer e o saber reflexivo da ação. O saber que realimenta criticamente o fazer, cujo resultado incide novamente sobre o saber e, assim, ambos se refazem continuamente.” (p. 27). Culminando em um processo em que a práxis é norteadada por uma teoria crítica e uma ação que busque a emancipação humana. O exposto a seguir demonstra esse ato de aprendizagem e ensinamento, a partir de atividades e brincadeiras:

[...] no meio da brincadeira com os jogos se ensina muita coisa, o limite, o respeito, nossa tantas coisas, formação de caráter, personalidade, o cuidado material que não era deles, era emprestado, então tava inculcado várias coisas naquela atividade de lazer que às vezes a gente não se dá nem conta de quanto tá contribuindo com aquela criança (S1).

Desta forma, a equipe de recreação e lazer, do município, era formada por estagiários que cursavam a graduação em Educação Física. Porém, o processo de

formação não se estabelecia somente neste âmbito, pois semanalmente a equipe realizava um encontro, onde se reuniam para discutir aspectos da formação e atuação. Assim, trabalhavam e desenvolviam, em conjunto, aspectos que consideravam essenciais para a prática dos programas, projetos e atividades. Em sua fala, C1 discorre sobre esta formação que ocorria sempre às quartas-feiras, onde a equipe:

[...] compartilha as vivências, as observações, as experiências, estudava junto, criava coisas, então inventar brincadeiras, inventar atividades, produzir material, que pudesse ser socializado num grupo e estendido às pessoas que iam ser atendidas, com as atividades. Então na quarta-feira a gente se encontrava, toda quarta-feira e era fixo. [...] na quarta-feira era pra essa formação (C1).

De acordo com a fala de C1, podemos perceber que as quartas-feiras constituíam-se por encontros reflexivos, construtivos e de aprendizagem. Tal rotina também pode ser refletida na fala de S2: *o único horário fixo que a gente tinha era o compromisso de toda quarta-feira se reunir no período da tarde pra fazer reunião de grupo, criar ideia, avaliações [...]*. Consideramos importante essa iniciativa, por parte da coordenação, de estabelecer, entre os estagiários, esse encontro de formação, mas não o vemos como suficiente ou completo, por ser pouco tempo se considerado o quão complexo é um processo de formação. Entendemos que atitudes como essa devem ser constantemente estimuladas pois contribuem com o processo de formação do sujeito atuante, e conseqüentemente, impacta a área como um todo. Nas palavras de Stevaux (2013):

Atitudes que possam salientar intenções e interesses que possam servir de orientação e formação para os profissionais da área, podem ajudar na reflexão sobre sua prática, servem como estudo do lazer enquanto área de conhecimento e alicerçam, portanto, a prática desses profissionais (p. 543).

Isayama (2003, p. 76) assinala a “necessidade de o profissional de Educação Física que atua com lazer assumir, vigorosamente, suas responsabilidades pedagógicas e políticas.”. Neste sentido, o papel pedagógico de suas ações se configura no ato de

ensinar e transmitir o conhecimento, por meio da brincadeira, do jogo, da dinâmica. Com a fala dos estagiários da equipe, podemos constatar que acreditavam no desenvolvimento de suas ações em caráter educativo, o que pode ser verificado na fala de S1:

Orientação para as crianças, na verdade assim, no meio da brincadeira com os jogos se ensina muita coisa, o limite, o respeito, nossa tantas coisas, formação de caráter, personalidade, o cuidado material que não era deles, era emprestado, então estava inculcadas várias coisas naquela atividade de lazer que às vezes a gente não se dá nem conta de quanto tá contribuindo com aquela criança (S1).

Já o caráter político está presente no fato da própria ação, da equipe em questão, ser um direito social garantido na Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988. Tal trabalho desenvolvido pela equipe no âmbito público, ofertado à população como direito, bem como suas responsabilidades, são designados como ações políticas.

Por desenvolverem suas ações pautadas nestas responsabilidades, os profissionais do lazer necessitam ter uma formação que possibilite tal atuação. Portanto, outro princípio fundamental à formação profissional em lazer e recreação, é o princípio da formação política e social ampliada. Esse princípio foi apontado por C1, quando afirma ser fundamental que tais profissionais desenvolvam consciência em relação às questões que perpassam a vida em sociedade; questões sociais, econômicas, políticas, culturais e demais questões que se encontram articuladas, não podendo ser classificadas como fragmentos. O segundo princípio, apontado por C1, faz referência à importância das vivências sociais diversas. Aqueles que se encontram em processo de formação, para atuar no lazer, precisam vivenciar contextos, situações e públicos diferenciados. Para C1, essa diversidade é fundamental:

[...] acho fundamental neste sentido, as vivências práticas sociais, de diversidade. Diversidade no sentido de como viver, participar, ter oportunidade, de observar, de estar, visualizar, sentir, lugares em uma cidade, por exemplo, diferentes lugares, de estar ali atuando em lugares diferentes. Então pode ser uma instituição privada, escola particular, ou um clube,

shopping, mas não pode ser só nesses lugares, nas comunidades também, de bairros de classes econômicas diferentes, escolas particulares e públicas, as praças, as ruas, é um outro ambiente, um outro espaço (C1).

Esse princípio das vivências sociais diversas entra em consonância com o primeiro princípio, apontado por C1 - princípio da formação política e social ampliada -, à medida que, para ocorrer esta atuação diversificada, em variados contextos e situações, faz-se necessário, o entendimento e o reconhecimento das relações sociais existentes. Por conseguinte, esse reconhecimento ocorre por meio de uma formação política e social ampliada.

Apontamos para essa relação com a finalidade de destacar a vinculação dos princípios necessários à formação profissional. Esses princípios aqui, são destacados de forma separada para melhor esclarecimento. Porém, não se encontram desarticulados, há uma inter-relação entre eles, pois se encontram em um conjunto de princípios que somente levam à formação integral, se ligados uns aos outros.

Outro princípio considerado essencial, também apontado por C1, contempla-se na necessidade de ocorrer trocas e compartilhamentos de experiência:

Um outro ponto que é interessante, é que esta estada nestes lugares, essas percepções e essa formação, essa convivência, não seja uma convivência isolada do ponto de vista da formação específica mesmo da profissão. O que eu quero dizer é que eu considero fundamental, por exemplo, pensando em um grupo de acadêmicos estagiários que estão no processo dessa formação, que ele tenha experiências compartilhadas no dia-a-dia, no cotidiano da sua formação como estagiário e como acadêmico, com profissionais que já tenham essa vivência (C1).

À medida que o processo de formação avança, se faz necessário ocorrer trocas e compartilhamentos de experiências e vivências, de forma a refletir e discutir as ações. Deve ocorrer uma constante “análise crítica de sua própria ação”, por entender que sua ação se configura em grande responsabilidade social, a ser baseada em estudos e pesquisas, com “investigação sistematizada e reflexiva sobre a prática cotidiana”.

(MOREIRA⁵, 1995, apud, ISAYAMA, 2003, p. 74).

Isayama (2003) alega que, o entendimento das relações cotidianas se torna possível com estudos aprofundados sobre as vivências de lazer, mas que a ação profissional deve ser pautada na interação entre esta teoria com a prática, sendo necessário o encaminhamento da “ação/reflexão/ação” (ISAYAMA, 2003, p. 74). Esse encaminhamento é o que consolida o princípio apontado, da necessidade de trocas e compartilhamentos no processo de formação. Para C1, esse princípio deve ser desenvolvido nos cursos de graduação em seus processos de estágio e práticas pedagógicas orientadas, onde os acadêmicos estagiários devem ser estimulados por professores e orientadores. A essa constante ação/reflexão/ação:

Na medida em que a pessoa que está em formação tem experiências que possibilitem a formação política-social e as vivências práticas em diferentes contextos políticos, sociais e culturais, ela precisa desse compartilhamento com outros profissionais, refletindo, discutindo, como num processo de âncora, junto. Se não for próximo, o mais próximo possível de onde ele está atuando, essa é uma função acadêmica também, o retorno, pensando nos dois contextos, dentro da universidade, e fora dela para aqueles que já tenham uma vivência de estágio oficialmente. Ou então em estágios que a universidade possibilite, de ir e retornar, tendo a figura mesmo desse outro profissional, orientador, professor, enfim. E com a formação teórico-prática para ir construindo [...] (C1).

Tal construção, dita por C1, remete-nos tanto ao processo de formação profissional de cada indivíduo quanto ao processo de formação da própria ação em uma política de lazer, levando-nos ao próximo princípio apontado, o princípio do reconhecimento e participação do processo de gestão. Desta forma, C1 destaca a importância da ação profissional pública ser pautada no reconhecimento da política ou da gestão ofertada, levando a participação e o entendimento da política de lazer à construção das ações. A importância deste princípio se constitui à medida que se

⁵ MOREIRA, A. F. O currículo como política cultural e a formação docente. In: SILVA, T. T.; MOREIRA, A. F. (Org.). **Territórios contestados: o currículo e os novos mapas políticos e culturais**. Petrópolis: Vozes, 1995, p. 7 - 20.

entende que o papel do recreador ou do animador sociocultural se configura muito além do simples ato de reprodução de atividades pensadas ou estruturadas por um superior,

Não só de ir lá e fazer a atividade em si, pensada e planejada por outra pessoa, ficando a seu cargo somente a execução. Não que não possa ser assim em algum caso específico. Mas eu considero como uma inconveniência que uma pessoa que esteja em formação passasse por este processo sem ter percebido no todo, percebendo-o. Ou pelo menos estar a par do que esta sendo construído (C1).

O papel do profissional de lazer e recreação não pode se limitar na execução de meras atividades. Por esse motivo, foram apontados tais princípios – princípio da formação política e social ampliada; princípio das vivências práticas e sociais diversificadas; princípio da troca e compartilhamento das experiências e práticas profissionais; princípio do reconhecimento e participação dos processos da gestão; além do princípio de democratização e dos fundamentos técnicos, pedagógicos, políticos, culturais e sociais que, de certo modo, congrega todos os princípios anteriores. Estes devem fazer parte de um complexo na formação profissional em lazer e recreação, para que se configurem profissionais interessados e dedicados em suas práticas, conscientes de seu papel pedagógico e social. Para tanto, faz-se necessário que o sujeito esteja engajado e comprometido com sua atuação e busque tais princípios em sua formação inicial, bem como na formação constante, durante sua vida profissional. Entendemos que, o recreador também se encontra no papel de educador, por ensinar tais princípios, por meio de brincadeiras, atividades, dinâmicas, enfim, em todas as dimensões que contemplem sua práxis diária.

Tais princípios foram elencados por C1, mediante entrevista, a qual, a partir de análises, consideramos pertinente estabelecer tais princípios como essenciais, de modo a dar subsídios para a formação e atuação em lazer e recreação.

Considerações Finais

O presente artigo é oriundo do estudo que buscou investigar enfoques e princípios advindos das falas dos sujeitos envolvidos com a equipe de lazer e recreação municipal de Maringá, entre os anos 2001 a 2004, com o intuito de refletir sobre o processo de construção, formação e atuação em lazer e recreação. A partir das análises sobre o contexto da equipe, finalizamos o estudo apontando certos elementos e princípios que julgamos necessários para subsidiar a formação em lazer e recreação. Porém, entendemos que, ainda há muitas questões que permanecem e devem ser discutidas sobre a temática, fazendo-se necessário, portanto, novos estudos e contribuições que completem as reflexões aqui realizadas,

As análises possibilitaram alguns apontamentos referentes à formação profissional de professores e estagiários da equipe de recreação e lazer da cidade de Maringá, no Paraná, bem como aos princípios fundamentais para a formação e atuação de recreadores.

Mesmo com limitações e problemas, entendemos que o contexto geral da equipe favorecia uma ação diferenciada dos sujeitos nas comunidades. O ponto principal desse engajamento partia da coordenação, sendo refletido nas ações dos estagiários. Estes eram sempre estimulados a pensar no contexto e na estruturação das atividades, oficinas e projetos desenvolvidos; como também, eram levados a repensar, no sentido de refletir, as ações desenvolvidas.

No tocante à formação na área dos estagiários da equipe, compreende-se que, como esses sujeitos estavam em processo de formação em cursos de graduação, em educação física, a coordenação procurava desenvolver, uma vez por semana, um encontro de formação. Nesse encontro, os estagiários eram estimulados a repensar as ações, projetando e construindo novas atividades, brincadeiras, entre outras, no sentido da ação/reflexão/ação. Também, eram estimulados a participarem de cursos e

congressos, como o ELAP (Encontro do Lazer do Paraná/2002). Desta forma, consideramos importante esse incentivo, no sentido de propiciar, aos estagiários recreadores, a busca por conhecimentos e o repensar sobre sua ação. Porém, entendemos que o tempo destinado para essa formação era limitado, somente uma vez por semana, em apenas um período do dia.

O processo de formação em lazer e recreação deve ser constante e envolver uma série de questionamentos, concepções e princípios que demandam tempo, comprometimento e engajamento pessoal. Esses fatores, muitas vezes, são difíceis de serem trabalhados com estagiários, por terem uma rotina diária própria de estudantes, o que limita o desenvolvimento da formação. Mas não devem ser vistos como fatores que impeçam o processo de formação desses sujeitos, pelo contrário, assim como encontramos no estudo da equipe em questão, esse processo deve ser estimulado no decorrer dos estágios, sejam eles formais ou não.

A partir das considerações e análises realizadas por esse estudo, no que se refere às ações e ao processo de formação desenvolvido pela equipe de lazer e recreação, entendemos que, para uma atuação completa, buscando desenvolver e ofertar a recreação à população do município, são necessários mais recursos, tornando possível a contratação de profissionais para atuarem em conjunto com os estagiários, no sentido de ampliar o número de profissionais no decorrer dos anos, de modo a aumentar a oferta de programas e atividades. Fato que não ocorreu durante os 4 anos de gestão do governo em referência, mantendo-se a mesma quantidade de profissionais e estagiários.

Entendemos que, para o lazer ser desenvolvido como direito social, de fato, à toda população, passando a ser considerado em sua complexidade e importância, faz-se necessária uma mudança no modo como ele é visto e tratado nas políticas públicas e ações dos governos. Por esse motivo, defendemos a formação profissional em lazer e

recreação pautada em princípios essenciais que levem a questionar e mudar esta realidade.

Tais princípios foram estabelecidos analisando, principalmente, a formação da equipe, por meio da fala dos sujeitos, em especial, a fala da coordenação, e realizando o entrelace dessas análises com o apontamento teórico de autores que discutem a problemática.

Desta forma, concluímos que os fundamentos técnicos – considerando que a técnica também é importante para o desenvolvimento de programas, projeto e atividades de lazer e recreação –; e os fundamentos pedagógicos – por entender que o recreador também tem a função de educar – devem ser desenvolvidos no processo de formação de recreadores. Além desses fundamentos, esse processo deve se pautar em um complexo de princípios que fundamentem a práxis do recreador, sendo eles: princípio da formação política e social ampliada; princípio das vivências práticas e sociais diversificadas; princípio da troca e compartilhamento das experiências e práticas profissionais; princípio do reconhecimento e participação dos processos da gestão; além do princípio de democratização do lazer.

O processo de formação, com base nesses princípios, deve ser contínuo, antes de se formar como profissional e no decorrer do seu trabalho profissional, pois entendemos que a formação de um recreador nunca se cessa, deve ser permanente, buscando sempre novos conhecimentos, refletindo e pensando em sua ação, buscando melhorias e evolução.

Dentre as limitações encontradas no estudo, destacamos, principalmente, a dificuldade de acesso aos documentos públicos, da Secretaria de Esportes e Lazer de Maringá, o que gerou uma mudança no desenvolvimento do presente estudo, não

utilizando mais a análise documental, focando somente na análise das fala dos sujeitos envolvidos com a equipe municipal de lazer e recreação.

O estudo se faz importante, no sentido de apontar princípios e fundamentos à formação profissional em lazer e recreação, considerando a importância destes para a atuação em lazer e recreação. Faz-se necessário, ainda, ressaltar a necessidade de novos estudos na área da Educação Física no que tange ao lazer e à recreação, de forma a contribuir e dar continuidade às reflexões aqui iniciadas.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edição 70, 1979.

BERNABÉ, A. P. **Equipe municipal de lazer e recreação de Maringá**: olhar dos sujeitos envolvidos. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2012.

BRASIL. Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal; Centro Gráfico, 1988. 292p.

GOMES, C.L. **Lazer, trabalho e educação**: relações históricas, questões contemporâneas. 2. ed. rev. e ampl. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

ISAYAMA, H. F. O profissional da educação física como intelectual: atuação no âmbito do lazer. In: MARCELLINO, N. C. **Formação e desenvolvimento de pessoal em lazer e esporte**. São Paulo: Papyrus, 2003. p.59-80.

KRONBAUER, L. G. Ação-reflexão. In: STRECK, D. R.; REDIN, E.; ZITKOSKI, J. J. **Dicionário Paulo Freire**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008. p. 27-29.

MARCELLINO, N. C. A formação e o desenvolvimento de pessoal em políticas públicas de lazer e esporte. In: MARCELLINO, N. C. **Formação e desenvolvimento de pessoal em lazer e esporte**. São Paulo: Papyrus, 2003. p. 9-18.

MELO, V. A. Lazer e Educação Física: problemas historicamente construídos, saídas possíveis – um enfoque na questão da formação. In: WERNECK, C. L. G. **Lazer, recreação e educação física**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

MINAYO, M. C. S. e organizadores. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 25ª ed. rev. e atualizada. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

STEVAUX, R. P. Reflexões sobre o lazer: recreação é lazer? In: SEMINÁRIO “O LAZER EM DEBATE”, 14, 2013. **Coletânea...** Campinas: FEF/UNICAMP, 2013, p. 539-544.

STIGGER, M. P. Políticas públicas em esportes e lazer: considerações sobre o papel do profissional educador. In: MARCELLINO, N. C. **Formação e desenvolvimento de pessoal em lazer e esporte**. São Paulo: Papyrus, 2003. p. 101-120.

WERNECK, C. L. G. Lazer e formação profissional na sociedade atual: repensando os limites, os horizontes e os desafios para a área. **Licere**, Belo Horizonte, v.1, n.1, p. 47-65, 1998.

Endereço das Autoras:

Andressa Peloi Bernabé
Rua Henrique Dias, 170 - Zona 03
CEP 87050-200 - Maringá - PR
Endereço Eletrônico: andressa.bernabe@hotmail.com

Paula Marçal Natali
Universidade Estadual de Maringá
Departamento de Educação Física
Av. Colombo, 5.790 - Campus Universitário
CEP 87020-900 – Maringá-PR
Endereço Eletrônico: paula_natali@hotmail.com